

**“MODERNIZAR PARA CONSERVAR:  
RELAÇÕES DE GÊNERO EM SÃO PAULO NAS DÉCADAS INICIAIS DO  
SÉCULO VINTE”**

***RESTRUCTURING PATRIARCHY.  
THE MODERNIZATION OF GENDER INEQUALITY IN BRAZIL – 1914-1940***

**MARGARETH RAGO\*\***

Após uma ampla pesquisa realizada nos arquivos e bibliotecas de São Paulo e do Rio de Janeiro, sob orientação da historiadora Emília Viotti da Costa, a brazilianista Susan K. Besse publica sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Yale, em forma de livro. Trata-se de um dos mais ricos estudos sobre a modernização das relações de gênero no Brasil, entre 1914 e 1940, sob o impacto da intensa industrialização e urbanização do período.

O estudo é bastante pioneiro, principalmente se considerarmos o momento em que, tanto a pesquisa quanto a tese, foram produzidas, início dos anos oitenta. Inaugurando a discussão de novas temáticas como maternidade, casamento, criação dos filhos, educação feminina, feminismo e misoginia, o trabalho traz uma imensa pesquisa de fontes documentais até então poucas vezes exploradas, ou mesmo conhecidas, a exemplo dos textos jurídicos ou dos romances femininos. Além disso, tem o grande mérito de propor uma discussão bastante polêmica sobre as formas de agenciamento das relações de gênero na modernidade brasileira, ampliando o campo de observação do/a historiador/a para além de uma “história das mulheres”, que as considerasse apenas em seu espaço específico.

Incorporando a categoria do gênero na análise, da maneira como as transformações urbanas e tecnológicas afetam a construção do lugar sócio-cultural da mulher, Besse tematiza campos que, até aquele momento, eram ainda pouco estudados na historiografia brasileira, a exemplo das formas de sociabilidade entre mulheres e homens, as representações da maternidade e dos cuidados dos filhos, para além do trabalho feminino.

---

\* BESSE, Susan K. Chapel Hill and London: the University of North Carolina Press, 1996. Recebido para publicação em março de 1998.

\*\* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Modernizar para Conservar...

Assim, a autora cerca as inúmeras questões que compõem o universo de preocupação das elites em relação à posição social das mulheres e à modernização das relações de gênero em curso, vista, sobretudo, em sua dimensão desestabilizadora e ameaçadora.

Numa perspectiva assumidamente feminista, questiona os limites das mudanças aparentemente libertadoras e progressistas que afetaram a vida e o cotidiano das mulheres no Brasil das primeiras décadas do século 20. Defende a tese de que a modernização significou muito mais uma reacomodação das relações de gênero, no sentido de manter as desigualdades sexuais, do que uma ruptura profunda nas formas tradicionais da dominação patriarcal, principalmente ao se definirem novos papéis sociais ao “sexo frágil”, que passa a participar mais intensamente da moderna esfera pública. As mudanças sociais e culturais nas relações sexuais são vistas, assim, como formas de rearranjos para a preservação das desigualdades sexuais numa estrutura social extremamente hierárquica e autoritária, para não dizer misógina. Ou, em outras palavras, a modernidade apenas mascara a permanência das tradições e valores herdados do passado colonial.

O trabalho focaliza, nesta direção, as transformações conservadoras, ao discutir os diferentes temas que emergem no cenário social: o casamento, a maternidade, a educação dos filhos, a educação feminina “sem emancipação”, a redefinição do trabalho feminino, finalizando com uma discussão sobre o feminismo e o anti-feminismo. Revela que estas dimensões da vida social e familiar tornam-se preocupação crescente das elites dominantes, tendo em vista assegurar um maior controle sobre os códigos da sociabilidade e da sexualidade para ambos os sexos. Se doravante as mulheres passam a ter seus direitos cada vez mais colocados na agenda pública, especialmente em relação à escolha do futuro esposo e ao acesso à cultura e ao trabalho, cuida-se obsessivamente de definir rígidos padrões morais para evitar possíveis agenciamentos desterritorializantes.

A resposta feminina à investida disciplinar masculina aparece especialmente no capítulo sugestivamente intitulado “The Politics of Feminism(s) and Antifeminism(s)”. Aqui, Besse considera o “Feminismo Organizado”, referindo-se a Bertha Lutz e à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, assim como os “Outros Feminismos”, considerando a atuação da anarquista Maria Lacerda de Moura e de Pagu, à esquerda e da católica Revista Feminina, à direita, como respostas que as mulheres deram ao “Anti-feminismo” dos homens, produzindo um contraponto bastante mordaz.

Segundo a autora, ser feminista no Brasil, entre 1910-1930, incluía uma variada gama de tendências: das católicas às simples profissionais que

buscavam modelos de inspiração nos Estados Unidos e na Europa. As anarquistas recusavam o rótulo de feministas, considerando-o burguês. Na FBPF, por sua vez, também havia várias correntes feministas.

Embora mostre que o feminismo nunca chegou a atingir seus objetivos utópicos no Brasil, entre 1918-1937, Besse concorda que ele “desempenhou um papel crucial ao definir os modos pelos quais a ordem de gênero no país foi redefinida.” (p.165) Para ela, foi um movimento que ajudou a integrar as mulheres no mundo burguês mais rapidamente. A estrutura patriarcal forte, o conservadorismo crescente ao longo dos anos 30, a ditadura militar, a falta de sustentação de massa põem fim ao feminismo no Brasil, em 1937.

No livro, extremamente rico em informações decorrente de uma pesquisa exaustiva, circulam as principais personagens da história do feminismo brasileiro, como Bertha Lutz, principal líder do movimento feminista organizado no Brasil. Nascida em 1894, em São Paulo, filha de Adolfo Lutz, médico especializado em medicina tropical e de uma enfermeira, Amy Fowler, tornou-se, em 1919, secretária do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Funda a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina, reivindicando educação, emprego e sufrágio para as mulheres e em 1922, cria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fortemente inspirada pela Pan American Association, que contava entre seus membros com a escritora campineira Júlia Lopes de Almeida e sua filha Margarida. Já a libertária Maria Lacerda de Moura e a escritora Pagu, ou Patrícia Galvão, são apresentadas como expoentes de outros tipos de feminismo, mais à esquerda, que rejeitavam como burguês o rótulo de feministas.

Em se tratando da análise do feminismo, a principal tese que Besse defende, concordando com outra conhecida historiadora norte-americana, June Hahner, autora de *Emancipating the Female Sex. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*, é a de que o feminismo “tropical” contribuiu, no máximo, para a modernização das relações de gênero, numa sociedade autoritária, patriarcal e capitalista, não chegando a questionar fundamentalmente a ordem social e as desigualdades políticas, econômicas e sexuais. Em sua avaliação, as feministas (liberais) evitaram assumir posições radicais de contestação em relação aos homens, mantendo-se numa atitude contemporizadora e acomodativa, em nada alterando os padrões da dominação sexual. Já a grande maioria das pobres não recebeu nenhuma atenção por parte das feministas liberais e o seu ganho pelas lutas feministas foi nulo. Em suma, para ambas as autoras, o feminismo contribuiu para fortalecer e legitimar a ordem burguesa e não

---

<sup>1</sup> Duke University Press, 1990.

Modernizar para Conservar...

afetou a estrutura patriarcal, as hierarquias de gênero, apesar de algumas conquistas de direitos. (p.197/8) Não se constituiu, afinal, um poder político feminino no país, nem houve mobilizações de massa nas ruas da cidade, que pudessem respaldar as reivindicações de direitos das mulheres.

Não pretendo questionar radicalmente essas conclusões, mas gostaria de relativizá-la. Inicialmente, apontando para a visão extremamente radical que essa historiografia norte-americana apresenta a respeito de nossa história. A estrutura da dominação patriarcal, essencialmente masculina, não se altera em nada, apesar das contínuas mudanças, as brasileiras caracterizam-se como mulheres passivas demais, num universo em que os homens aparecem como machões inalteráveis. Conclui-se, assim, que nem mesmo as práticas políticas do feminismo tiveram algum êxito, a não ser para uma acomodação da dominação estrutural de gênero.

Gostaria de chamar a atenção, portanto, à maneira como é produzida essa leitura tão negativa de nosso passado. Destaca-se, por exemplo, a grande ausência das mulheres anarquistas, socialistas e comunistas, escritoras polêmicas, ativistas incansáveis, responsáveis por agitações políticas, pela organização de greves como a de 1917 em São Paulo, tanto quanto pela formação de grupos culturais e teatrais, no meio operário ou nas camadas médias. Em contraste, o discurso normativo dos homens de elite - médicos, juristas, psiquiatras - invade de ponta a ponta as páginas do livro, sobressaindo-se imediatamente. Seria de se supor, a partir da documentação utilizada, em grande parte masculina e normativa, um grande silêncio ou enorme passividade por parte das mulheres desatentas às imposições que lhes eram colocadas. Nesse sentido, quase nenhuma avaliação é feita no sentido de problematizar como as mulheres, ricas ou pobres, transformaram e moldaram também a esfera pública. A história aqui é construída de uma maneira que apenas os homens comandam, absolutamente surdos às demandas das mulheres que, por sua vez, seriam sempre super-passivas e idiotizadas. Deixa-se de perceber um pouco mais da interferência feminina e das formas de negociação entre os sexos e classes. Aliás, presta-se muito mais atenção às mulheres da elite do que as mais pobres, enquanto que as prostitutas, por exemplo, são absolutamente marginalizadas. Vale notar que se, de um lado, a libertária Maria Lacerda de Moura se torna conhecida a partir de suas palestras polêmicas, ou ao publicar inúmeros livros, questionando o saber médico sobre as questões sexuais, as próprias prostitutas tiveram papel fundamental no processo de modernização das relações sociais, atuando em muitos casos como introdutoras e instrutoras dos homens nos códigos da moderna sociabilidade. É conhecido na história de cidades como São Paulo e Rio de

Janeiro o papel “civilizador” das francesas e polacas, “rabos-de-saia” de coronéis endinheirados.

Além disso, Besse parece reproduzir algumas das representações da própria historiografia brasileira, para a qual as mulheres pobres seriam muito mais livres moralmente do que as ricas. Se o mito de uma “cultura popular” original, criativa, pura, em oposição à “cultura erudita”, já está bastante questionado, também não há porque continuarmos a acreditar numa suposta liberdade ou espontaneidade dos pobres, mais próximos da natureza e menos sujeitos às codificações normativas das elites dominantes. Num país de religiosidade bastante acentuada, estas aproximações precisam ser muito mais relativizadas e nuançadas, sob pena de reafirmarem o mito da pureza e capacidade revolucionária das classes desfavorecidas, menos contaminadas pelos valores da civilização.

Segundo ponto para o qual chamo a atenção: a possibilidade de um percurso que privilegie a **produção discursiva** do feminismo brasileiro, ou de algumas mulheres que tematizaram a questão da emancipação feminina. Trata-se, nesse sentido, de perguntar pelos principais temas enunciados pelas mulheres, entre feministas liberais, escritoras, modernistas e militantes anarquistas, nas primeiras décadas do século, isto é, num momento de redefinição da ordem social e política burguesa. Sugiro considerar as problemáticas que marcaram a construção de uma cultura feminina no país, tentando perceber como as mulheres participaram dos debates que se colocavam na agenda pública, forçando a incorporação de seus temas mais do que lutando pelo reconhecimento político-institucional de seus direitos. Fundamentalmente, valeria perceber as questões femininas tais como foram enunciadas por mulheres feministas, para além de um campo essencialmente masculino, como o das lutas político-partidárias. Certamente, considero da maior importância os trabalhos que se dedicaram a essa finalidade, e isto é um motivo a mais para que se indague pelos espaços ainda pouco conhecidos das palavras femininas. Nesse sentido, penso em uma noção mais ampla de feminismo, considerando todas aquelas que tematizaram a questão da emancipação feminina de algum modo e não exclusivamente as militantes feministas liberais. Afinal, como o feminismo, no início do século, contribuiu para a construção de uma linguagem feminista, deu visibilidade às problemáticas femininas, diferenciadas das masculinas, e como estas interferiram na construção da esfera pública moderna?

Esta atitude teórica implica em trabalhar com figuras femininas menos conhecidas, que muitas vezes são difíceis de serem classificadas. Mulheres de fronteiras, como as já citadas Pagu e Maria Lacerda, que se desterritorializam constantemente e se situam nas margens até mesmo do movimento feminista. Por isso mesmo, permitem redesenhá-lo a partir de

Modernizar para Conservar...

uma outra configuração, em que se revelam suas lutas políticas e pessoais, para além dos estreitos limites do campo jurídico-institucional e da política formal, caracteristicamente masculinos.

É de se perguntar, nessa direção, até que ponto o olhar com que as/os brazilianistas trabalham nossa realidade e as perguntas que colocam ao nosso passado não as/os impedem de perceber uma determinada dinâmica nas relações sociais e sexuais, em que os “excluídos” poderiam ter uma participação mais ativa e direta. Os recentes estudos históricos sobre as mulheres têm, na verdade, revelado formas diferenciadas de atuação e transformação produzidas pelas mulheres, desconhecidas até agora, ampliando consideravelmente as fontes documentais existentes e forçando-nos a uma nova leitura do passado.

Contudo, e a despeito de algumas discordâncias, ressalto a enorme contribuição que o trabalho de Besse representa para a história das mulheres e das relações de gênero no Brasil, sobretudo por desmistificar a idéia de progresso e democratização das relações de gênero resultantes da construção da nova ordem urbano-industrial. Besse faz-nos pensar nos efeitos de uma **modernização perversa**, da qual as mulheres têm sido chamadas a participar, mas a um alto preço: o de salários menores para trabalhos mais desqualificados; o da aceitação das imposições morais a partir das necessidades masculinas; o da conformação pessoal e sexual ao desejo dos homens.

Em suma, o livro nos inspira a perguntar pelo lugar que temos ocupado na Casa-Grande-e-Senzala, por mais modernizada que esteja, num país onde continuamente se reafirma a força da sexualidade como traço característico da identidade e que, cada vez mais, valoriza o padrão *tchan* de comunicação ou sedução. Se a entrada das mulheres no mundo público transforma-o positivamente, forçando a incorporação das demandas feministas na agenda pública, dos assuntos de mulher na academia ou no congresso, não devemos perder de vista a forte permanência das estruturas de dominação e das desigualdades sociais e sexuais até o presente.